



Comunicado de imprensa Luxemburgo, 22 de novembro de 2016

Ação climática da UE: existe o sério risco de incumprimento do objetivo de 20%, afirmam os auditores

De acordo com um novo relatório do Tribunal de Contas Europeu, existe o sério risco de o objetivo de utilizar, no mínimo, um em cada cinco euros do orçamento da UE em ação climática entre 2014 e 2020 não ser cumprido. Apesar de se terem registado progressos, os auditores alertam para a necessidade de envidar esforços suplementares tendo em vista garantir uma "transição real" para a ação climática.

Tendo em vista dar resposta às alterações climáticas, a UE acordou em atribuir, no mínimo, 20% do seu orçamento para o período de 2014-2020 à ação climática. Este objetivo deve ser alcançado através da integração da ação climática nos diversos domínios de ação e fundos do orçamento da UE. Os auditores examinaram se o objetivo era suscetível de ser cumprido e se a abordagem da Comissão Europeia era passível de resultar num financiamento mais elevado e mais bem orientado para a ação climática.

O Tribunal constatou que estão em curso trabalhos ambiciosos e que se registaram progressos. No entanto, existe o sério risco de o objetivo de 20% não ser atingido sem esforços suplementares. A realização deste objetivo deu origem a um financiamento mais elevado e mais bem orientado para a ação climática, tanto no Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional como no Fundo de Coesão. No entanto, no que se refere aos domínios da agricultura, do desenvolvimento rural, das pescas e ao Fundo Social Europeu, não se verificou uma transição significativa para a ação climática.

*"Existe o sério risco de o objetivo da UE de atribuir, no mínimo, um em cada cinco euros à ação climática entre 2014 e 2020 não ser cumprido", afirmou **Phil Wynn Owen, o Membro do Tribunal de Contas Europeu responsável pelo relatório.** "Registaram-se progressos, mas domínios fundamentais das despesas continuam praticamente sem alterações. A Comissão e os Estados-Membros devem explorar todas as potenciais oportunidades para garantir uma transição real para a ação climática".*

De acordo com a Comissão, entre 2014 e 2016 a percentagem de financiamento dedicada à ação climática foi, em média, de 17,6%. Para que seja possível concretizar o objetivo global definido para o orçamento da UE até ao final de 2020, os auditores estimaram que a taxa de financiamento da ação climática deverá aumentar para uma média de 22% entre 2017 e 2020, inclusive.

Os auditores constataram que as estimativas da Comissão se baseiam em pressupostos relativos à contribuição das despesas do domínio da agricultura para a ação climática que incluem sobre-estimativas e carecem de uma

O objetivo do presente comunicado de imprensa é apresentar as principais mensagens do Relatório Especial adotado pelo Tribunal de Contas Europeu. O texto integral do relatório encontra-se em www.eca.europa.eu.

ECA Press

Mark Rogerson – Porta-voz

Tel.: (+352) 4398 47063

Telemóvel: (+352) 691 55 30 63

Damijan Fišer – Adido de imprensa

Tel.: (+352) 4398 45410

Telemóvel: (+352) 621 55 22 24

12, rue Alcide De Gasperi - L-1615 Luxembourg

E-mail: press@eca.europa.eu

[@EUAuditorsECA](https://twitter.com/EUAuditorsECA)

eca.europa.eu

justificação válida. Os auditores calcularam que, se fossem aplicadas as metodologias estabelecidas internacionalmente, a contribuição estimada da agricultura e do desenvolvimento rural seria reduzida para aproximadamente 33 mil milhões de euros durante o período de 2014 a 2020, o que representa cerca de 15% do objetivo global.

No que se refere à investigação, o programa Horizonte 2020 não conseguiu cumprir o seu objetivo de atribuir 35% à ação climática, situando-se a sua contribuição atual em 24% relativamente ao período de 2014-2017. %. A Comissão não elaborou um plano de ação detalhado para definir de que forma tenciona suprir esta diferença, afirmam os auditores.

As recomendações formuladas à Comissão dizem respeito à necessidade de um exercício sólido de consolidação plurianual, tendo em vista progredir no cumprimento do objetivo de 20%, e de um quadro abrangente de prestação de informações e de acompanhamento dos resultados, bem como à realização de uma avaliação realista e sólida das necessidades relacionadas com as alterações climáticas. Os auditores recomendaram igualmente a correção das sobre-estimativas das despesas relativas ao desenvolvimento rural e a elaboração de planos de ação para domínios que registem atrasos. Por fim, recomendam que sejam exploradas todas as potenciais oportunidades para garantir uma transição real para a ação climática.

Em setembro de 2016, a Comissão¹ estimou que, globalmente, entre 2014 e 2020 seriam gastos 18,9% do orçamento da UE em ação climática, um valor inferior ao objetivo de 20%².

O Relatório Especial nº 31/2016: "Utilizar pelo menos um em cada cinco euros do orçamento da UE em ação climática: os trabalhos em curso são ambiciosos mas existe o sério risco de não serem suficientes", está disponível em 23 línguas da UE.

¹ [SWD \(2016\) 299 de 14 de setembro de 2016, que acompanha a revisão intercalar do quadro financeiro plurianual 2014-2020 COM\(2016\) 603 final.](#)

² As despesas acumuladas planeadas da UE para 2014-2020 ascendem a 1 062,6 mil milhões de euros. Aplicando a metodologia da Comissão, um défice de 1,1% representaria uma perda superior a 11 mil milhões de euros (201 mil milhões em vez de 212,5 mil milhões de euros) para a ação climática.